

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Readmissão, já!

Demissão de metroviários é injusta

A categoria de trabalhadores do metrô é conhecida pelo histórico de lutas na defesa dos direitos. No ano passado, após uma longa tentativa de negociação com o Metrô e o governo estadual, os trabalhadores fizeram uma greve que reivindicava melhores condições de trabalho e um transporte de qualidade.

O governador Geraldo Alckmin foi intransigente. Não quis negociar e puniu com a demissão de 42 funcionários, sem comprovação legal de irregularidades. Entre agosto e setembro de 2014, a Justiça reconheceu a inocência deles após a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) ao conceder liminar para a volta de 35 ao trabalho.

Mesmo assim, Alckmin pressionou a Justiça e conseguiu a revogação das liminares e os trabalhadores foram novamente



Paulo Iannone

demitidos. O governador opera suas manobras sem escrúpulos, com maldade e desrespeito tanto os funcionários que transportam milhões de pessoas, como a toda população que depende de melhorias na qualidade dos serviços.

Para revertermos essa situação, estamos numa Campanha pela Readmissão dos companheiros. Participamos de diversos atos públicos, audiências na Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e

no Senado Federal, lutando para que a justiça seja feita. Contamos com o apoio da população para fortalecer essa luta.

Novas audiências estão ocorrendo e esperamos que, em breve, os trabalhadores retornem aos postos de trabalho. Continuaremos realizando diversas ações de mobilização, como uso dos botons, adesivos e manifestações populares. Queremos todos de volta! Ninguém fica pra trás!

Por culpa de Alckmin, SP terá rodízio com 5 dias sem água por semana

A Sabesp informou que a Grande São Paulo poderá ter, por semana, cinco dias com rodízio. Se é verdade que tem faltado chuva do último verão para cá, também é verdade que o governador Alckmin privatizou a Sabesp. A empresa, hoje está na mão de multinacionais e grandes empresas nacionais, e não investiu no sistema hídrico.

Alckmin também não procurou criar novos sistemas de abastecimento, não acabou com os vazamentos nem aplicou uma política de reuso da água. Além disso, escondeu durante o ano eleitoral a crise de falta de água para não perder votos. Um estelionato eleitoral!



CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Trabalhadores não aceitam retirada de direitos imposta por Dilma

Na quarta-feira (28/1) os trabalhadores realizaram uma manifestação na avenida Paulista contra a proposta de retirada de direitos feita pela presidente Dilma. A luta é pelo fim das Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que reduzem direitos trabalhistas e previdenciários.

Caso aprovadas pelo Congresso Nacional, as medidas atacarão o seguro-desemprego e o abono salarial (PIS/Pasep), entre outros (veja quadro).

As medidas prejudicam a população pobre. Ao dificultar o acesso ao seguro-desemprego, impede os empregados jovens ao benefício, já que a rotatividade em locais precarizados como os Call Centers e Fast Foods é muito grande.

Os ricos devem pagar pela crise

O objetivo das MPs é promover o ajuste das contas do governo, realizando uma reforma trabalhista e previdenciária, garantindo os lucros dos empresários e onerando os trabalhadores. Não aceitamos que a conta seja paga pela classe trabalhadora. Os ricos devem pagar pela crise! Para isso, algumas medidas devem ser adotadas, como a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas e a taxação das remessas de lucros e dividendos ao exterior.

Só com muita mobilização e luta vamos conseguir fazer com que Dilma desista de reduzir direitos.



Os patrões, o ministro da Fazenda (Joaquim Levy) e Dilma querem reduzir direitos conquistados pelos trabalhadores

Dilma ataca benefícios sociais

Como é	Como o governo quer
Seguro-desemprego	
Seis meses de trabalho para conseguir o benefício	Dezoito meses trabalhados para a primeira solicitação, 12 meses na segunda e seis meses a partir da terceira
Abono Salarial (PIS/Pasep)	
Basta trabalhar um mês no ano e receber até dois salários mínimos. Valor é de um salário mínimo	Haverá carência de seis meses ininterruptos. O pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado
Auxílio-doença	
Benefício é de 91% do salário do segurado, limitado ao teto do INSS. Empresas arcam com o custo de 15 dias de salário antes do INSS	O teto será a média das últimas 12 contribuições. Empresas arcam com o custo de 30 dias de salário antes do INSS
Pensão por morte	
Não há exigência de tempo mínimo de casamento	Morto deve ter 24 meses de contribuição previdenciária e de casamento ou união estável. Prazo do repasse muda com idade



Sindicato dos Metroviários de SP

Acesse: www.metroviarios.org.br • Facebook: [sindicatodosmetroviariosdesaopaulo](https://www.facebook.com/sindicatodosmetroviariosdesaopaulo) • Twitter: [@Metroviarios_SP](https://twitter.com/Metroviarios_SP)



Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de São Paulo. R. Serra do Japi, 31 - Tatuapé - CEP 03309-000. Fone: 2095-3600. Fax: 2098-3233 - Páginas na Internet: www.metroviarios.org.br. Facebook: [sindicatodosmetroviariosdesaopaulo](https://www.facebook.com/sindicatodosmetroviariosdesaopaulo). Endereço Eletrônico: imprensa@metroviarios-sp.org.br. Presidente: Altino de Melo Prazeres Júnior. Diretor de Imprensa: Tiago Marcelino Pereira. Redação e Revisão: Rogério Malaquias, MTb. 21.307-SP e Paulo Iannone, MTb. 66.749-SP. Projeto Gráfico e Editoração: Vinicius Zanetti. Impressão: RD Gráfica. 30/1/2015. Tiragem: 50 mil.